

Licitação bilionária do transporte vai à Bolsa nesta quarta-feira

Contrato é estimado em R\$ 11 bilhões e prevê concessão dos serviços por 15 anos

Paulo Pinto/Agência Brasil

Por Moara Semeghini

A licitação que vai definir as empresas responsáveis pelo transporte público coletivo de Campinas pelos próximos 15 anos entra em nova fase nesta quarta-feira (25), com a entrega dos envelopes pelas empresas interessadas e a abertura da sessão pública inicial na sede da Bolsa de Valores (B3), em São Paulo. O contrato é estimado em R\$ 11 bilhões e é considerado um dos mais relevantes da mobilidade urbana do município, além de um dos mais longos e complexos processos administrativos da cidade. As empresas deverão entregar os envelopes entre 10h e 12h. Às 12h30 está prevista a abertura da documentação de credenciamento e das garantias financeiras. A etapa seguinte, com a abertura das propostas comerciais, está marcada para 5 de março.

Por causa de obras de requalificação nos calçadões do Centro Histórico de São Paulo, o acesso ao prédio da B3 foi modificado. A entrada pela Rua XV de Novembro, 275, está parcialmente interditada. A entrega dos documentos e o acesso à sessão pública ocorrerão exclusivamente pela Rua Álvares Penteado, 218.

A alteração foi comunicada pela Secretaria Municipal de



Entrega dos envelopes será em sessão na sede da Bolsa de Valores (B3), em São Paulo

Transportes (Setransp), responsável pela condução do processo. Inicialmente prevista para 10 de fevereiro, a entrega dos envelopes foi adiada em 15 dias após o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo apontar inconsistências técnicas no edital.

Segundo a prefeitura, o principal problema estava no cálculo do Fator de Utilização (FU), índice que define quantos profissionais são necessários, em média, por veículo para garantir a operação do sistema, conside-

rando férias, folgas, afastamentos e turnos. Também foram identificadas falhas na estimativa de benefícios trabalhistas, que não contemplavam integralmente os encargos legais.

Em nota, a Setransp e a Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas informaram que optaram por corrigir os dados antes da sessão pública para evitar atrasos maiores no processo. A disputa será dividida em três etapas: envelope 1 – Credenciamento e garantias: comprovação

da habilitação inicial e apresentação das garantias financeiras; envelope 2 – Propostas de valores: apresentação das ofertas comerciais e realização de lances, em sessão pública na B3; envelope 3 – Documentação de habilitação: aberto apenas após a definição da proposta vencedora, para confirmação do cumprimento das exigências legais e técnicas.

A melhor proposta será considerada vencedora, desde que atenda a todos os requisitos de habilitação.

O edital prevê concessão por 15 anos, com possibilidade de prorrogação por mais cinco. O sistema será dividido em dois lotes: Norte (regiões Norte, Oeste e Noroeste) e Sul (regiões Leste, Sul e Sudoeste). Os investimentos previstos incluem cerca de R\$ 1,7 bilhão para renovação da frota ao longo do contrato, além de recursos para tecnologia embarcada, terminais e estações, podendo chegar a R\$ 1,9 bilhão.

A prefeitura afirma que o modelo separa a tarifa pública paga pelo usuário da tarifa de remuneração das operadoras, permitindo políticas de subsídios e gratuidades, desde que respeitadas as regras fiscais.

A nova licitação é aguardada desde 2016, após o TCE considerar irregular a concorrência realizada em 2005. Desde então, o processo acumulou suspensões judiciais, reformulações de edital e tentativas frustradas.

Em 2019, o edital lançado pela prefeitura foi suspenso. Em 2023, já reformulado, o processo foi novamente questionado e precisou de ajustes em 14 itens por determinação do TCE. Em setembro daquele ano, a licitação chegou a ocorrer, mas foi declarada deserta por falta de interessados, obrigando a administração a reiniciar o procedimento.

Campinas terá centro para animais silvestres

Moara Semeghini

A Prefeitura de Campinas está na etapa final de formalização de convênio com o Governo de São Paulo para viabilizar a instalação de um centro exclusivo para atendimento de animais silvestres no município. A proposta prevê a utilização de uma área de 58 mil metros quadrados localizada no Instituto Biológico, na região do Gramado, em terreno anexo ao Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim. Segundo a Secretaria Municipal do Clima, Meio Ambiente e Sustentabilidade, o espaço deverá abrigar o Centro de Integração Animal (CIA), porém com atuação restrita à fauna silvestre. O projeto executivo será elaborado somente após a formalização do acordo entre município e Estado. Na sequência, a administração municipal prevê a abertura de licitação para construção da unidade.

De acordo com a prefeitura, há cerca de R\$ 10 milhões asse-

gurados para o empreendimento, recursos provenientes de emendas parlamentares e do Fundo de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente (Proamb). A capacidade de atendimento do futuro centro ainda não foi definida e dependerá de estudos técnicos que irão dimensionar a demanda regional, o perfil dos animais atendidos e a estrutura necessária para triagem, reabilitação e eventual reintegração à natureza.

O terreno indicado pertence à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado. Em nota, o governo paulista informou que as tratativas relacionadas ao uso da área são conduzidas no âmbito da pasta. Já a autorização para instalação e funcionamento de Centros de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres (Cetras) é atribuição da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), por meio da Coordenadoria de Gestão de Fauna Silvestre, vinculada à Di-

retoria de Biodiversidade e Biotecnologia. O governo paulista avalia que a eventual implantação de um novo Cetras em Campinas poderá reforçar a rede estadual de atendimento a animais resgatados ou apreendidos, ampliando a capacidade regional e contribuindo para a distribuição da demanda entre unidades já existentes em diferentes regiões do Estado. A proposta original da prefeitura previa a implantação do Centro de Integração Animal em outro endereço, com estrutura voltada tanto para animais silvestres quanto domésticos. O modelo, no entanto, foi revisto após orientação técnica de que o manejo de fauna silvestre deve ocorrer em espaço separado daquele destinado a cães e gatos, em razão de protocolos sanitários, de biossegurança e de manejo específicos. O centro será destinado à fauna silvestre. Animais domésticos continuarão sendo atendidos pelo Departamento de Proteção e Bem-Estar Animal (DPBEA).

Prefeitura de Campinas



A Prefeitura de Campinas está na etapa final de formalização